

# Faltam verbas para programas de saúde

Da sucursal de  
BRASÍLIA

O futuro ministro da Saúde, Mário Augusto Castro Lima, enfrentará logo no início de seu governo um sério problema: falta de recursos financeiros para dar continuidade a diversos programas iniciados por Almeida Machado, ainda mais reduzidos com o recente corte de 40% no orçamento geral da União, que afetará diretamente todos os órgãos federais este ano.

Para prosseguir a implantação do Programa de Saúde Materno-Infantil, cujo grupo representa 71,65% da população total do País, por exemplo, Castro Lima terá que conseguir 701,8 milhões de cruzeiros adicionais que serão empregados da seguinte forma: 167,4 milhões este ano; 227 milhões em 1980; e 307,4 milhões em 1981. Do total, 33% serão destinados à compra de pílula anticoncepcional para o programa de planejamento familiar.

Cerca de 90 mil cruzeiros serão empregados na formação de recursos humanos: 72.235 mil pessoas, das quais 25% de nível universitário e 80% de nível auxiliar; 45 mil para adequação dos centros de treinamento de pessoal (compra de equipamentos, material de consumo e permanente), além de padronizar e uniformizar a ação docente, para que haja uma identidade de conceitos a transmitir; 270 mil cruzeiros para dar expansão territorial e populacional ao programa; 231,8 mil para aquisição de meios anticoncepcionais e medicamentos; e 65 mil para implantação de projetos docentes, assistenciais e de pesquisa operacional.

O programa de Saúde Materno-Infantil, criado neste governo, já está instalado em cerca de 1.922 sedes municipais, mas é pretensão do Ministério da Saúde estendê-lo no próximo triênio a 2.890 municípios, dos 3.974 existentes no Brasil, cuja expansão seria de 16,4% este ano; 30,1% em 1980; e 50,4% em 1981, quando o programa deverá alcançar 72,7% das sedes municipais. Em 1978, o programa beneficiou 62% da população inscrita.

Desta forma, dentro de três anos 1.104.100 pessoas deverão estar sendo beneficiadas com as ações de identificação, prevenção e controle dos riscos de gestação e obstétricos dentro do programa de planejamento familiar, que inclui também assistência médico-sanitária, assim distribuída no triênio:

Este ano serão beneficiadas 2.972 mil gestantes, às quais será feito acompanhamento no parto; 1.189 mil mulheres na fase pós-parto; 2.140 mil crianças menores de um ano e 7.387 mil de um a quatro anos; 594 mil mulheres receberão orientação pré-concepcional e perinatal e mil, educação integrada na família e na comunidade. Para 1980 está prevista a assistência, respectivamente a 3.669 mil gestantes; 1.467 mil puerperas; 2.568 mil menores de um ano e 7.601 mil de um a quatro anos; mil mulheres receberão orientação pré-concepcional e perinatal e 1.500 mil, educação integrada. Em 1981 esses números se elevarão a 4.400 mil; 2.200 mil; 3.018 mil; 9.377 mil; 1.500 mil e dois mil.

É meta do programa atingir, progressivamente, até 1981, a seguinte cobertura populacional: dar assistência a 70% das gestantes inscritas no plano; realizar 70% dos partos; dar assistência a 50% das puerperas; a 80% dos menores de um ano e 60% entre a faixa etária de um a quatro anos; e assistir a todos os riscos de gestação e obstétricos.

No triênio 1979/81 está prevista a elaboração de 65 projetos docentes, assistenciais e de pesquisa operacional ao PSMI desenvolvido por grupos e instituições universitárias capazes de atuar como centro de capacitação de recursos humanos e de assessoria técnica ao governo, com o objetivo de: complementar a assistência prestada pelas unidades básicas de saúde, sobretudo nos cuidados de maior complexidade, em especial à clientela considerada de mais alto risco e, por meio de pesquisas, descobrir novas técnicas mais ajustadas às realidades locais onde forem instalados os centros do Programa de Saúde Materno-Infantil.

A intenção principal do PSMI é contribuir para a redução da morbidade e mortalidade do grupo materno-infantil representado por 28,3 milhões de mulheres em idade fértil; 17,4 milhões de crianças até quatro anos e 38 milhões de 5 a 11 anos de idade, cujo índice de óbitos registrados em 1977 foi de 55 mil entre os menores de um ano, de 16.500 entre as crianças de um a quatro anos e de 1.388 maternos.

No ano passado, o PSMI apresentou uma cobertura territorial de 53%, sendo a mais baixa na região Centro-Oeste (29%), seguida da Amazonia (45%), e Nordeste (47%). Apenas as regiões Sudeste e Sul ultrapassaram os 50%, com 55% e 74%, respectivamente.

## RELATÓRIO

Em relatório apresentado pelo secretário nacional de Ações Básicas de Saúde, Humberto Torloni, ao futuro ministro da Saúde, Castro Lima, são destacados como principais problemas que contribuíram para o atraso na implantação do Programa de Saúde Materno Infantil neste governo:

Inadequada distribuição geográfica dos recursos assistenciais; limitado número de leitos por habitante, principalmente para o grupo infantil; excessivas internações hospitalares conseqüentes da insuficiência da rede ambulatorial agravada pela inexistente integração ambulatorio-hospital-comunidade; ausência quase absoluta de programas e coordenação das unidades prestadoras de serviços; precariedade e má utilização dos equipamentos e instalações; insuficiência quantitativa e qualitativa de pessoal na área; e formação inadequada dos recursos humanos do setor saúde.

Torloni apontou, ainda, a inexistência de documentos legais oficializados da política e normas de saúde materno-infantil, já elaborados mas ainda não aprovadas nem publicadas; insuficiência dessas normas adequadas à realidade de cada Estado, além da insuficiência de recursos humanos destinados ao desenvolvimento adequado das atividades de competência da divisão.